

O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO COMO MÉTODO PARA O ENTENDIMENTO DO MEDO E DA VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS URBANOS.

Francisco Denílson Santos de Lima

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) campus Teixeira de Freitas.

denilsonlima123@hotmail.com

Alcindo Jose de Sá

Professor adjunto de Geografia da UFPE

alcindosa@ufpe.br

RESUMO

As desigualdades sociais manifestadas de forma gritante entre a população brasileira trouxe como reflexo uma sociedade fragmentada. Liberdade e igualdade perdem referenciais, à medida que o medo e a violência urbana são introjetadas na vida do cidadão, cada vez mais visto pelo seu poder de consumo e menos pelo seu papel de cidadão. A sensação de insegurança na Geografia da cidade ganha formas e como reflexo o medo do crime e/ou do “outro” transformaram as relações sociais e territoriais e as grades construídas nas diferentes escalas espaciais contribuem para o distanciamento dos indivíduos. A análise do uso e do consumo dos espaços públicos em Picos como reflexo do medo e da violência considera os processos econômicos globais que foram desencadeados e sua interferência direta no cotidiano da cidade, em seus aspectos gerais e neste sentido buscamos uma análise a partir do método materialista histórico e dialético, pois entendemos que as formas urbanas atuais e as ações desencadeadas sobre tais espaços são reflexos da sociedade, como produto histórico à luz de suas contradições. Entendemos que a democratização do solo urbano nos remete a questões ligadas a cidadania, processos democráticos, participação popular, em outras palavras, ao direito à cidade. O presente trabalho é de natureza teórica e prática e objetiva esclarecer a importância do materialismo histórico e dialético para a compreensão do medo e da violência urbana no Brasil, relacionando os ao uso e consumo dos espaços livres públicos dos cidadãos, como praças. Por fim, acredita-se que a falta de cidadania no Brasil, sobretudo nos espaços públicos, no que tange a ausência de políticas de segurança pública que limitam ou impedem o direito a liberdade é reforçada com o abandono do poder público na esfera social. Acredita-se que os espaços livres públicos, hora associado ao abandono do poder público, a mesmice ou ao fenômeno da violência, perdem referenciais como *locus* para reprodução de sociabilidades, ao passo em que as pessoas se refugiam em suas residências, ou optam por novas alternativas de lazer, como *shoppings centers*.

Palavras-chave: Método, materialismo histórico e dialético, violência, medo e espaço público.

1. O MÉTODO CIENTÍFICO: O OLHAR INICIAL

Ao longo da História da humanidade o ser humano sempre buscou desenvolver habilidades de modo que possibilitasse um maior conhecimento sobre si e seu entorno. Da domesticação de animais, descoberta do fogo até os nossos dias, o ser humano buscou de diferentes maneiras alcançar melhores condições de vida e novas formas de entender sua realidade. Neste sentido, independente da escala local e temporal, todas as sociedades se organizaram (e se organizam) com metodologias específicas, seguindo várias etapas do processo aprender- ensinar.

Segundo Gil (1999) pode se definir método como um caminho para se chegar a determinado fim, enquanto o método científico é entendido como o conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais adotados para atingir o conhecimento. Métodos orientam a reflexão intelectual na tentativa de ler e interpretar a realidade. Para ser considerado um método científico, torna - se necessária à sistematização de ideias, de modo que tal sistematização seja baseada em fatos concretos, ou seja, que possam ser provados. Para Sposito (2004) o método deve ser compreendido como um instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para sua interpretação. Segundo Severino (1992, p. 121) *apud* Sposito (2004, p. 26) método é "o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos".

Na busca pela produção do conhecimento científico, o método perpassa diferentes caminhos. Primeiro, é necessário buscar uma explicação plausível para um problema que se apresenta. Assim, a procura de conhecimento ou instrumentos relevantes devem conduzir as tentativas de solução de tais problemas, que devem ser conduzidos à luz de provas. A prova de uma solução pode ser satisfatória ou não.

Havendo o primeiro caso teremos uma conclusão. No segundo caso, (prova não satisfatória) dá se início ao novo ciclo de investigação.

Para Santos (1996) buscar entender o método na Geografia é fundamental pois se trata da construção de um sistema intelectual que permite, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista, não sendo isso um dado *a priori*, mas uma construção, no sentido de que a realidade social é intelectualmente construída.

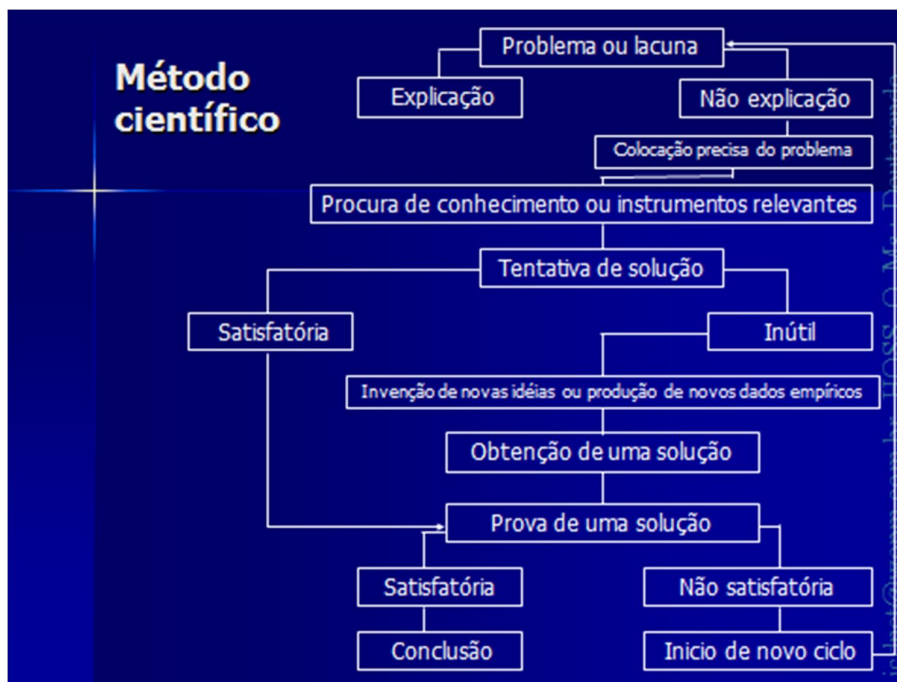


Figura 01: Etapas do método científico

Fonte: <HOSS. in icdnet@wopim.com.br >, Acesso em: 09/12/2013.

2. O MÉTODO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO: CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

O Conceito de dialética passou por diferentes caminhos ao longo da História. Na Grécia antiga, era entendida como a arte do diálogo (sobretudo por Platão). Aos poucos,

de arte do diálogo passou a ser encarada como argumentação necessária para produção do conhecimento, através da discussão de ideias. Na concepção moderna, a dialética é vista como meio de entendimento para compreensão da realidade, por meio da contradição e da transformação. Segundo Gil (1999) a concepção de dialética na modernidade é fundamentada inicialmente pelo idealismo hegeliano, que admitia hegemonia das ideias sobre a matéria. Tal concepção foi fortemente criticada por Karl Marx e Friedrich Engels, que entenderam a dialética num prisma materialista histórico, admitindo exatamente o oposto: a hegemonia da matéria sobre às ideias. Em outras palavras, com base na leitura dialética de Hegel, Marx procura mostrar os limites do idealismo na interpretação das mudanças ocorridas no mundo. Embora reconheça que o idealismo hegeliano apresente formas do movimento de maneira abrangente, Marx afirmava que com Hegel, a dialética estaria de cabeça para baixo, portanto, havia uma necessidade de entender as mudanças num plano material, em primeira instância, enfatizando às determinações econômicas do capitalismo. Ou seja, Marx diz que “o segredo da dialética científica depende da compreensão das categorias econômicas como a expressão teórica de relações históricas de produção, correspondentes a determinada fase do desenvolvimento da produção material.” (SPOSITO, 2004, p. 43-44). Assim, Marx enfatiza o caráter material e procura evidenciar que a realidade dos homens deve ser compreendida através de sua organização social, por meio da produção e reprodução da vida, por meio da História.

O método dialético baseia se na argumentação, discussão, confronto de ideias. Segundo este método, tudo o que existe se relaciona, ou seja, há uma ação recíproca. De igual modo, nada escapa à mudança, ou seja, tudo está em constante transformação. Somado a isso, o método dialético se fundamenta no princípio da passagem quantitativa das coisas para a qualitativa, e afirma que a realidade só pode ser entendida como resultado da interpenetração dos contrários, ou seja, da luta entre os opostos. Entende a realidade de forma dinâmica e totalizante, onde os fatos sociais só podem ser entendidos considerando um conjunto de variáveis, e não de forma isolada, seja na política, economia, cultura etc. É por meio da dialética que "os pesquisadores confrontam suas opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam ... elevar -se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo." (LEFÈBVRE, 1983, p.

Neste sentido,

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade. O princípio da contradição, presente nesta lógica, indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Neste caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada. (THAILHEIMER, 1979, p. 104).

Em outras palavras:

O materialismo dialético pode, pois, ser entendido como um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios: A) Unidade de postos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos postos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade. B) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos. C) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz ao desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes. (GIL, 1999, P. 31-32).

A produção intelectual marxista, mais do que construir um conhecimento capaz de explicar a realidade em sua essencial, deve apontar caminhos alternativos para a construção de novas sociabilidades, ou seja, busca implementar projetos fundamentados na promoção de justiça e igualdade, pautada em questões políticas, éticas e humanitárias.

3. O M.H.D COMO MÉTODO PARA O ENTENDIMENTO MEDO E A VIOLÊNCIA URBANA

O espaço é produto social e histórico. Basta um simples olhar sobre a paisagem urbana brasileira para constatarmos a fragmentação espacial, os processos de segregação e a marginalização de grupos sociais. O medo, a violência, o pânico, os conflitos e as ameaças se materializaram na paisagem urbana brasileira, configurando se como presença assídua no imaginário dos cidadãos, independente da escala, muito embora adquirindo graus diversos.

A psicofera do medo fez da paisagem urbana uma tecnosfera de muros concretos e simbólicos, que separam os que “temem” dos “suspeitos”. Grades, portões de ferro, câmeras de segurança, guaritas, seguranças particulares e tantos outros equipamentos e serviços são buscados, em nome da proteção e da segurança. Um cenário de violência e medo construído no imaginário, mas também na realidade das ruas, praças, lojas, supermercados afastam cada vez mais os cidadãos de um convívio social.

De um lado, o público, seja ele serviço ou espaço físico, é visto com apatia, sobretudo pelos que podem consumir, diante da fragilidade da incapacidade do Estado de se fazer valer as suas normas e leis. Direitos básicos do cidadão, como o da liberdade, individualidade, são descaradamente desrespeitados. Se por um lado poderosas redes de comunicação ligam pontos distantes do planeta as diferentes escalas espaciais do país, por outro, grupos sociais são marginalizados e seus deslocamentos, muitas vezes, se limita aos cômodos da casa. A indústria de lazer tornou-se cada vez mais atraente e diversificada, ao passo em que o Estado abandona sua função enquanto promotor de lazer, abandonando parques, praças e ruas. Por um lado, os consumidores ativos da sociedade capitalista globalizada se dispersam por diferentes redes de supermercados, lojas, *shoppings centers*, *pubs*, restaurantes, etc. na busca pelo ideal de felicidade propagada pela mídia: consumir.

Por outro lado, para as camadas mais pobres da sociedade individualizada restaram o isolamento, a incapacidade de se locomover e/ou o trancamento involuntário em suas residências. Somado a isso, a opção dos espaços públicos, vistos como desinteressantes pelas classes sociais média e alta, à medida que a violência se prolifera. Ao passo em que a rede urbana se fortalece em todo o mundo, graças ao avanço dos meios de transportes e dos sistemas de comunicação e informação, as cidades em sua organização interna se fragmentam. Proliferação de favelas, construção de casas de papelão, madeira, plástico ou outros tipos de improvisos se confrontam com a construção de edifícios luxuosos, especulação imobiliária e poderosos aparatos técnicos científicos e informacionais para proteção dos que podem. As cidades crescem, a rede urbana se fortalece e a indústria de lazer se diversifica. Concomitantemente, os laços sociais se enfraquecem, decorrente, em parte, das práticas de separação e fragmentação socioespacial, com valores urbanos associados ao consumo e a individualidade. De igual modo, o Estado se enfraquece diante das forças dos mercados e seus preceitos neoliberais. Os processos globais trazem impactos na conjuntura espacial e estrutura social das cidades, seja alterando os hábitos, costumes e valores, interferindo na dinâmica dos deslocamentos populacionais, reproduzindo crises ou alterando a organização do trabalho, e/ou criando novos padrões de produção, circulação, distribuição e consumo.

Castells (2000) afirma que a cidade é produto do Estado e, ao mesmo tempo, da economia e o urbano constitui-se numa unidade espacial da reprodução da força de trabalho. Uma reflexão acerca da democratização do solo urbano nos remete à questões ligadas a cidadania, à participação popular, de maneira democrática e sobretudo no direito à cidade, por todos os grupos sociais, sem distinção. Lefebvre (2001) enfatiza que o direito à liberdade, à individualização, ao habitat e ao habitar se manifestam como formas de direito à cidade. No cenário brasileiro, o grande número de desempregados, subempregados e marginalizados do mercado de trabalho refletem diretamente suas condições de vida. Espaços públicos, como praças, parques e viadutos, são moradias improvisadas desses que tem seu direito à cidade relegado diariamente. O fluxo de veículos das grandes cidades vai de encontro com o silêncio de tais grupos. Restaram lhe o espaço público, aquele que “ninguém quer” e que não é de “ninguém”, por ser de todos.

Neste contexto, as promessas de um espaço urbano planejado, mais justo e democrático se limitam as campanhas políticas e as esperanças dos marginalizados se dissipam no conjunto de estratégias individualistas e macroeconômicas, cujo poder das empresas é visto como prioridade. Ou seja, a contradição, princípio básico da dialética, se faz presente no espaço urbano brasileiro de forma gritante. A crise do espaço público, seja pelo desprezo do Estado, apatia da sociedade e/ou proliferação da violência e suas múltiplas mazelas, é expressão significativa da crise urbana vivenciada pelo país. E neste cenário o medo, a violência, a fragmentação e a segregação socioespacial só podem ser entendidas como resultado da luta de classes da sociedade brasileira, pois o organização do espaço urbano e a estruturação social estão radicados no processo de acumulação do sistema capitalista, sendo portanto necessária, para o entendimento das mudanças atuais (alicerçadas em contradições), uma concepção dinâmica do materialismo histórico e dialético.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o Brasil é marcado por problemas estruturais históricos complexos e a desigualdade social agressiva, fruto de um sistema político-econômico corrompido, é uma realidade inquestionável. Isso nos ajuda a entendermos a problemática da violência e do medo em seus múltiplos espaços, em especial nos centros urbanos. Roubos, assassinatos, furtos, sequestros e outros atos de violência, reforçaram a segregação de classes sociais, trazendo reflexos nas formas de uso e consumo dos espaços. A distância agressiva entre cidadão e consumidor contribui para o aguçamento de problemas sociais e fragmentações espaciais em Picos e como resultado os altos índices de violência se materializaram na paisagem urbana picoense, por meio do medo, insegurança, abandono, apatia e evitação.

O uso dos espaços livres públicos pode propiciar a diversão, o entretenimento, a troca de experiência entre as pessoas, a prática de esportes, a prática do turismo, da sociabilidade, descanso, contemplação, atividades recreativas, culturais, festivas, dentre outras. Para tanto, torna-se indispensável traçar novas estratégias de reavivamento

destes espaços em Picos. Pois, diante do contexto urbano marcado pelo medo e a violência que toma conta das ruas e dos diversos espaços livres públicos no país a população cada vez mais se refugia em suas residências, construindo muros, materiais ou simbólicos, que limitam ou impedem qualquer forma de comunicação com o mundo de fora, resultando numa imobilidade forçada.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Poder e violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2001.
- BAUMAN, Zigmunt. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Tradução: Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CERVO, A.L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, Paulo César Costa. **A Condição Urbana: ensaios de geopolíticas da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. Tradução Dail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 9. Ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- Homicídios de jovens crescem 3261 no Brasil, mostra o Mapa da Violência. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2013-07-18/homicidios-de-jovens-crescem-3261-no-brasil-mostra-mapa-da-violencia>>. Acesso em: 02/11/2013.
- JACOBS, Jane. *The death and live of great american cities*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Mapa da Violência 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mapa-da-violencia-2013-brasil-mantem-taxa-de-204-homicidios-por-100-mil-habitantes-7755783#ixzz2kdvPgrhH>>. Acesso em: 02/11/2013.

LEFÈBVRE, H. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

MATTA, Roberto da. **A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MARCONI, M. A & LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, Milton. **Os Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araújo Watanabe — São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia - Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

THALHEIMER, August. **Introdução ao Materialismo Dialético**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1979.